



*Câmara* 16 - PAR  
16-1749/1996

*Alcalde*

Folha n.º	05	do	proc.
N.º	02	do	funcionário

*São Paulo*

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA DO  
MUNICÍPIO Nº 02/96.

Trata-se do Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 02/96, de autoria do nobre Vereador Wadih Mutran, dispondo sobre alteração do parágrafo único do artigo 108, da Carta Magna do Município.

A propositura está subscrita pelo número legal de Vereadores, de acordo, portanto, com o disposto no inciso I, do artigo 36, da Lei Orgânica do Município, que prevê a possibilidade de alteração da L.O.M., através de emenda, mediante proposta de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

A matéria objeto da propositura insere-se no âmbito de competência da Câmara Municipal, que pode legislar sobre assunto de interesse local, conforme dispõe a Lei maior do Município, em seu artigo 13, I, especialmente quanto à iniciativa do processo legislativo, bem como no tocante à matéria de fundo do dispositivo, que trata das contratações por tempo determinado, cuja previsão de lei sobre o assunto, está inscrita no inciso IX, do art. 37, da Constituição da República, "verbis":

"Art. 37....

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;"

Todavia, o parágrafo único objeto da propositura, em sua segunda parte, determina que: "Findo o ano letivo a Administração efetuará, obrigatoriamente, o cômputo das vagas remanescentes, para a realização de concurso público para provimento dos cargos vagos". Assim dispondo, o projeto invade esfera de competência exclusiva do Executivo, definida no inciso III, do § 2º, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município e, ao impor ao Prefeito a obrigação de efetuar, anualmente o cômputo das vagas remanescentes e a realização de concurso público, para provimento dos cargos vagos, está ferindo o princípio constitucional da independência e harmonia entre os poderes, insculpido no artigo 2º, da Constituição da República e no artigo 6º, da Lei Orgânica do Município.

Assim, (suprimida a segunda parte) do parágrafo, a propositura tem condições de tramitar, devendo ser observado quando às discussões, votação e aprovação da matéria, o rito estabelecido nos parágrafos 2º e 3º, do artigo 36 da Carta Magna do Município.

Entretanto, a fim de adequar o projeto ao exposto acima, propomos o substitutivo a seguir:

SUBSTITUTIVO Nº /96 AO PROJETO Nº 0002/96 DE EMENDA  
À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

17 - RELCOM  
17-1223/1996

jls/elom02-6



# Câmara Municipal de São Paulo

Altera a redação do  
parágrafo único do artigo  
108 da Lei Orgânica do  
Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, p r o m u l g a:

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 108 da Lei Orgânica do Município passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 108 - ....  
parágrafo único - As contratações por tempo determinado, efetivadas na forma do "caput" deste artigo, poderão ser prorrogadas, um vez, por igual período".

Art. 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 27/08/96